



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**MOÇAMBIQUE EM 2021:
REFORÇANDO PARCERIAS**

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA FILIPE JACINTO NYUSI, PRESIDENTE DA
REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, NA CERIMÓNIA DE SAUDAÇÃO AO CORPO
DIPLOMÁTICO POR OCASIÃO DO ANO NOVO.**

MAPUTO, 13 DE MAIO DE 2021

Senhor Primeiro-Ministro;

Senhora Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;

Excelentíssimo Senhor Decano do Corpo Diplomático acreditado em Moçambique;

Senhores Ministros e Vice-Ministros;

Senhores Membros do Corpo Diplomático acreditado em Moçambique;

Senhoras e Senhores Antigos Ministros e Embaixadores moçambicanos;

Ilustres convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Apraz-me saudar e desejar, em nome da minha esposa e no meu próprio, as boas vindas a todos vós, a este tradicional ritual anual de confraternização e renovação de amizade, aos membros do Corpo Diplomático, que este ano está rodeado de precauções adicionais devido à pandemia da Covid-19.

Permitam-me, como é habitual, iniciar por manifestar o nosso agradecimento aos Chefes de Missão que, tendo com êxito cumprido as suas missões, partiram para novos desafios. Igualmente, quero felicitar os novos Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares e Representantes de Organizações Internacionais, recém-chegados com quem contamos solidificar as já excelentes relações que nutrimos com os povos, governos e instituições que representam.

Agradeço pela mensagem de amizade, encorajamento e solidariedade proferida pelo Decano do Corpo Diplomático, a quem retribuo, embora já estejamos em Maio, os votos de um 2021 próspero e bem-sucedido.

Ilustres Membros do Corpo Diplomático;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Esta é uma oportunidade para partilharmos informação útil sobre o pulsar político, de segurança, económico e social do nosso país, as realizações na nossa agenda, os constrangimentos e o que temos feito para os superar, sobretudo através do esforço laborioso do nosso povo, complementado pela parceria e cooperação com cada um dos membros do Corpo Diplomático acreditado em Moçambique.

Situação Política

Apraz-nos partilhar que o país vive um ambiente de relativa calma e estabilidade política, com as instituições do nosso Estado de Direito Democrático a funcionarem com normalidade, conforme observam.

No quadro do diálogo político e entendimentos alcançados com a liderança da RENAMO e no quadro das consultas que temos mantido com as forças vivas da sociedade, em 2020 iniciámos e aprofundámos a implementação do processo de descentralização governativa em todas as províncias do nosso país e na Cidade de Maputo.

Desse processo, podemos afirmar, com segurança que foi acertada a nossa opção, porquanto os cidadãos passam a ter mais poder de decidir e beneficiar de melhores serviços, contudo, reconhecemos que é um processo que deve sempre ser aperfeiçoado de modo a satisfazer os interesses do próprio povo que assim decidiu.

No quadro do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, temos vindo a implementar o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) dos elementos armados da RENAMO.

Trata-se de um processo que visa consolidar a paz e estabilidade, trazendo ao convívio da família moçambicana e para as comunidades os ex-guerrilheiros da RENAMO.

É digno de realce que, até ao momento, 2 307 antigos guerrilheiros da Renamo, o que corresponde a 44% foram abrangidos, entre os quais 53 mulheres. Não fossem os constrangimentos decorrentes da COVID-19 e de ordem financeira, até Agosto do presente ano, prevíamos concluir o processo.

Por outro lado, com agrado, temos recebido, livremente alguns membros da auto-proclamada Junta Militar da Renamo que têm estado a beneficiar do processo e, posteriormente, são reintegrados nas respectivas comunidades.

Mais uma vez, apelamos aos demais membros a seguirem o exemplo dos seus colegas, incluindo o cidadão Mariano Nhongo.

Queremos usar este espaço para enaltecer os parceiros de cooperação que mantiveram a sua fé na incansável procura da paz dos moçambicanos, apoiando-nos, sem reservas, em recursos para a implementação dos compromissos no âmbito do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional.

Destacamos aqui o empenho do Representante Pessoal do Secretário-Geral das Nações Unidas, os Embaixadores dos Países e Organizações Membros do Grupo de Contacto, o Secretariado do DDR e as equipas técnicas conjuntas do Governo e da Renamo.

Situação de Segurança

A situação de segurança do país, embora seja de paz e estabilidade na maior extensão do território, apresenta alguns desafios que carecem de esforços redobrados para se devolver a paz e a tranquilidade na totalidade do território nacional.

Refiro-me aqui à escalada dos ataques de grupos terroristas que, há pouco mais de três anos, têm semeado mortes, feridos, deslocações forçadas de pessoas e destruição de infra-estruturas socio-económicas públicas e privadas, provocando sofrimento e drama humanitário.

Estes actos tiveram o seu prenúncio a partir de 2012, nos distritos de Mocímboa da Praia, Palma e Quissanga, quando alguns cidadãos, a pretexto de defensores do islamismo genuíno, encabeçados por um cidadão tanzaniano identificado por **Abdul Shakulu**, começaram a incitar adolescentes e jovens radicalizados, a desobedecerem as autoridades nacionais, à Constituição da República e leis nacionais, obrigando crianças a frequentarem apenas madrassas e não as escolas formais.

Na sua doutrinação, ainda, defendia que nas mesquitas fosse permitido fazer orações portando armas brancas, trajando calcões ou calçando sapatos. Nessa altura, já incitavam à violência contra membros da comunidade islâmica que promovessem valores da paz.

Após o seu primeiro ataque ao Distrito de Mocímboa da Praia, em Outubro de 2017, os terroristas têm procurado intensificar a sua saga assassina, afectando outros distritos do norte de Cabo Delgado, como Macomia, Muidumbe, Nangade, Quissanga e Palma.

O ataque à Vila de Palma, no dia 24 de Março de 2021, mesmo não sendo o mais intenso de todos, teve o maior efeito mediático por ser o distrito onde se desenvolvem projectos de gás natural liquefeito da Bacia do Rovuma, atingindo alguns residentes estrangeiros e por suscitar uma percepção de risco amplificada sobre esses projectos, de maior investimento privado em toda a África Subsahariana.

A nossa maior lamentação em todas as incursões terroristas tem sido a perda de vidas humanas.

Os terroristas como sua característica intimidam as populações através de assassinatos por decapitação, esquartejamento das populações e privação de meios de sobrevivência. Para as suas fileiras recrutam jovens e adolescentes por meio de raptos, aliciamento e falsas promessas de emprego e vida melhor, para posterior radicalização.

Os cabecilhas dos terroristas nunca deram a cara e nunca apresentaram, publicamente, os motivos pelos quais atacam o povo moçambicano, ainda que alguns “estudiosos” do fenómeno de terrorismo evoquem narrativas de pobreza,

descontentamento, regionalismo, motivações religiosas, implantação de Califado, inviabilização da governação e do projecto de Gás Natural.

Não está claro o verdadeiro móbil dos actos terroristas que não afectam apenas Moçambique ou as regiões aterrorizadas, senão que os seus actos visam atrasar o nosso desenvolvimento, explorando circunstâncias e narrativas pouco convincentes que não justificam tanta violência, barbárie e insanidade.

Os terroristas têm, nas suas fileiras, cidadãos moçambicanos e estrangeiros, entre tanzanianos, quenianos, somalis, congoleses, burundeses e de países árabes através de alguns líderes, outros já postos fora de combate pelas FDS.

Como consequência dos ataques terroristas, mais de 2 000 cidadãos foram barbaramente assassinados; mais de 800 000 pessoas foram forçadas a deslocarem-se dos seus locais de origem para se abrigarem noutros pontos seguros em Cabo Delgado e noutras províncias do país.

Habitações das populações foram incendiadas; fontes de abastecimento de água, sistemas de energia eléctrica, escolas, centros de saúde e hospitais distritais destruídos; bancos, edifícios governamentais e infra-estruturas de telefonia móvel vandalizados ou sabotados.

As acções dos terroristas, além de infundirem o medo entre as populações, provocaram danos incalculáveis no tecido económico e empresarial dos distritos afectados, na província de Cabo Delgado e no país, em geral, ao retraírem os investimentos domésticos e estrangeiros, forçando o encerramento de empresas e lançando cidadãos ao desemprego.

Estimados Diplomatas Acreditados em Moçambique!

Com vista a fazer frente à agressão contra o nosso país, o Governo de Moçambique, com o apoio do povo, tem se desdobrado em medidas de defesa e segurança, apoio e assistência humanitária às populações vítimas, medidas sociais e económicas, bem como preventivas e de sensibilização dos jovens a não se juntarem aos terroristas.

Os moçambicanos e as bravas Forças de Defesa e Segurança estão determinados a consentir sacrifícios, incluindo o seu próprio sangue para defender a sua pátria, para que nenhum espaço seja santuário de terroristas.

No âmbito da defesa e segurança, a nossa estratégia compreende o triângulo que visa **prevenir, proteger e perseguir** os terroristas de modo a devolver a segurança e tranquilidade às zonas afectadas.

De igual modo, o nosso Governo desenvolve acções a curto, médio e longo prazos, intensificando **a formação, o reequipamento e modernização** das Forças de Defesa e Segurança, em todas as especialidades, com vista a dotá-las de capacidades para enfrentarem com maior eficácia o flagelo do terrorismo, com recursos internos, embora poucos e no quadro da cooperação com parceiros bilaterais e multilaterais.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

É aqui onde reside a primeira linha das necessidades do país, pois só assim entendemos que a defesa da nossa pátria e soberania irá se tornar sustentável e duradoura.

Outra intervenção do nosso governo consiste em prestar **assistência humanitária**, aos deslocados e vítimas dos ataques terroristas, mobilizando através das instituições especializadas, recursos internos e todos os parceiros de boa vontade para prover alimentos, abrigo, vestuário, assistência médica, escola, abastecimento de água e outras necessidades básicas.

Foi com o objectivo de dinamizar intervenções de desenvolvimento social e económico que no quadro da outra vertente de intervenção criámos a **Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN)**, cujo lançamento, em Agosto de 2020 acalentou esperança de muitas vítimas do terrorismo e dos moçambicanos, em geral.

Com efeito, a missão estratégica desta Agência é de promover o desenvolvimento harmonioso, integrado e equilibrado das províncias de Cabo Delgado, Nampula e

Niassa, que ocupam uma superfície total de 293.287 quilómetros quadrados, e acolhem mais de 10 milhões e 424 mil habitantes.

Com esta iniciativa, pretendemos no âmbito das atribuições da ADIN:

- Promover Iniciativas de geração de rendimento e auto-emprego, a par da formação profissionalizante, com maior enfoque em jovens e mulheres de Cabo Delgado, alargadas à construção de infra-estruturas com impacto na região;
- Intervir na integração das comunidades, pequenas e médias empresas nas fileiras de abastecimento dos grandes projectos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Temos estado a afirmar que o terrorismo, mesmo que actue num determinado local, é um fenómeno global cuja propagação não respeita fronteiras de um país, região ou continente, por isso, o seu combate, sendo responsabilidade primária de cada Estado directamente afectado, exige esforços concertados e cooperativos de todos os países.

Nós, em Moçambique, reconhecemos que **sozinhos não conseguiremos erradicar este flagelo**, daí que acolhemos com agrado, a manifestação de solidariedade e interesse em nos apoiar nesta luta.

Nós, Governo de Moçambique, em **nenhum momento recusamos apoios**, salvo os que pretendem fazer por vias não formais ou não directas. O testemunho são alguns países aqui representados que, com actos, já estão a apoiar a luta de Moçambique contra o terrorismo. Por conseguinte, seria injusto dizer, como temos ouvido em alguns círculos, que o governo não aceita apoios de parceiros.

Queremos, mais uma vez, reafirmar que **estamos abertos à cooperação e ajuda nos termos e modalidades que devem ser discutidos**, no quadro dos mecanismos formais estabelecidos, sem necessidade de intermediários.

O Governo é o interlocutor que tem estado a articular as necessidades concretas para complementar os esforços nacionais já em curso e continuará a desempenhar esse papel.

É nesse espírito que temos vindo a trabalhar ao nível da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) para obter os apoios necessários, num ambiente em que qualquer apoio de um Estado Membro passa por um mecanismo coordenado. A institucionalização de apoios requer a responsabilização de cada acção, aspectos legais no âmbito de instrumentos próprios da SADC, a disponibilidade real de cada país, entre outros procedimentos que devem ser seguidos, sem que se perca tempo útil para a resposta que se impõe.

Com muitos parceiros bilaterais e multilaterais, como disse, já identificámos o tipo de apoio necessário, estando, em alguns casos, em implementação programas concretos e, noutros ainda, os parceiros estão a ponderar o apoio a prestar em função das necessidades que colocamos e respeitamos.

Não são palavras e declarações à imprensa que ditam a aceitação de apoios ainda em forma de simples intenções. Os actos falam mais alto.

Aproveito esta ocasião para manifestar, em nome de todos os moçambicanos e do Governo, o nosso profundo apreço, através dos Membros do Corpo Diplomático presentes, pelo apoio que nos têm prestado ou prometido na luta contra o terrorismo. Muitas vezes alguns parceiros aqui representados não precisam de proclamar estes apoios nos media, mas nós estaremos eternamente gratos por este consolo.

O governo acolhe e agradece, igualmente, os aconselhamentos em estratégias e as melhores formas de comunicar para debelar o fenómeno do terrorismo e outras adversidades que nos assolam e outras formas através das quais alguns parceiros nos procuram ajudar.

Gostaríamos, como um país soberano, que nos fosse dada a oportunidade para participar na decisão sobre o nosso país, respeitando as vidas humanas que diariamente se perdem.

Preocupam-nos, igualmente, as acções armadas, embora esporádicas, protagonizadas pela chamada Junta Militar da Renamo em pontos localizados das províncias de Manica e Sofala no Centro do país.

Estas acções também tiveram como consequência, a morte de cidadãos inocentes, deslocação de pessoas e destruição de infra-estruturas públicas e privadas, além de afectar a livre circulação e as actividades económicas.

Continuamos a encorajar o diálogo através dos mecanismos estabelecidos com vista a restaurar o clima de estabilidade no centro do país.

Caros Presentes;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

As medidas sanitárias em consequência da pandemia, com vista à protecção de vidas humanas, determinaram o amortecimento da trajectória de recuperação do nosso PIB, numa fase em que se faziam sentir os efeitos retardados dos ciclones IDAI e KENNETH que destruíram infra-estruturas no centro e norte do país, tendo determinado uma quebra do Produto Interno Bruto, estimada em 3.6% em 2020.

Foi neste quadro de incertezas e do risco de propagação da pandemia, numa dimensão geográfica global, que foram decretadas medidas de emergência sanitária, com consequências sobre os diversos sectores de actividade. Estas medidas traduziram-se no atrofamento dos canais de logística, e em particular, o movimento de pessoas e bens, determinando o enfraquecimento da procura pelos canais do consumo e de investimentos, reforçados por medidas de consolidação fiscal e de políticas monetárias restritivas.

Por outro lado, a mobilização de recursos junto de parceiros multilaterais e bilaterais de cerca de **700 milhões de dólares americanos** permitiu abrandar os efeitos dos choques na redução de arrecadação de receitas fiscais.

Foram apoiados, selectivamente, os sectores que mais se ressentiram do impacto da pandemia, incluindo as linhas de liquidez para o sector empresarial, reforçadas por

um pacote de medidas de alívio fiscal e económicas relativas à segurança social e ao custo de energia eléctrica.

Foi assim que fomos capazes de preservar as vidas humanas e, ao mesmo tempo, mitigar a perda de emprego por muitas famílias Moçambicanas.

Como é do vosso conhecimento, o primeiro trimestre do ano corrente foi caracterizado por intempéries e ciclones, nomeadamente, ELOISE e GUAMBE, com maior incidência nas zonas centro e norte do país, tendo afectado mais de meio milhão de pessoas e o sector agrícola em 71 distritos de 08 províncias.

Os riscos ao crescimento do desempenho económico no primeiro trimestre de 2021 prendem-se, ainda, com a evolução de novas variantes do vírus causador da pandemia da COVID-19 e dos actos de terrorismo na província de Cabo Delgado, cujas consequências já nos referimos.

Mas vale a pena referir que tivemos o atraso no calendário de implementação de um dos projectos estruturantes da nossa economia no sector de hidrocarbonetos.

Em contraponto, vislumbram-se sinais positivos com o desconfinamento de alguns países da Europa, e perspectivas de crescimento económico na economia global, estimada em 6% em 2021 e 4.4% em 2022, depois de uma contracção histórica estimada em 3.3% em 2020, de acordo com a revisão mais recente do Fundo Monetário Internacional.

Este cenário deverá suportar a inversão da tendência de quebra dos sectores de exportação, incluindo o turismo, assim como o reestabelecimento dos níveis de confiança para maior fluxo de investimento directo estrangeiro.

Adicionalmente, os sectores de agricultura e pescas, cujo desempenho no último trimestre de 2020 foi em *contra-ciclo* e estimado em 1.13% e 1.56%, respectivamente, deverão continuar a registar uma evolução favorável face aos investimentos no sector produtivo através do programa **SUSTENTA**, com grande peso no Produto Interno Bruto.

No mesmo sentido, é expectável que se consolide a tendência de uma trajectória de recuperação do Produto Interno Bruto.

Esta tendência, num cenário de crescimento moderado, apoia-se numa contínua consolidação fiscal e política monetária prudente face aos riscos macroeconómicos, apostando na geração de emprego e renda da nossa população rural através dos pilares da agricultura e industrialização, suportados por um vasto programa de infra-estruturas.

Prevemos uma taxa de crescimento médio anual do PIB em torno de 1.5% em 2021 e 2.8% em 2022, sendo condicionado, em larga medida, pelos factores de risco, sobejamente conhecidos.

Desde o nosso último encontro, o Governo continua apostado na melhoria das condições de vida do nosso povo, procurando aprimorar o desenvolvimento humano e social, prover serviços de abastecimento de água e saneamento, energia, serviços de saúde, promoção de mais acesso à justiça, prestação de apoio social aos mais vulneráveis às adversidades, como os eventos extremos, Covid-19 e outras doenças endémicas.

Reconstrução pós-Idai e Kenneth

O Governo embarcou em esforços de mobilização de recursos financeiros internos e externos para reconstruir as infra-estruturas, indústrias e outras actividades económicas destruídas.

Foi assim que nos desdobramos em acções de resposta de emergência, com o apoio de parceiros internos e externos, visando a busca e salvamento, reposição de serviços básicos de água, saneamento, energia, comunicação e educação.

Organizamos uma conferência de doadores que resultou em promessas de apoio no valor de 1,7 Bilião de dólares americanos, dos 3,2 biliões necessários para cobrir o plano de reconstrução.

Criamos o Gabinete de Reconstrução para coordenar o processo e assegurar aos parceiros que os seus recursos sejam utilizados de forma eficiente e racional, tendo, em termos reais, sido disponibilizado e realizadas as seguintes acções:

- Assinatura de Memorandos de Entendimento que culminaram com a confirmação de disponibilidade de 1,1 bilião de dólares americanos, dos quais 330 milhões (29%) foram executadas entre outras na reposição dos troços de estradas intransitáveis, reposição de 74.3% das linhas de transmissão de energia danificadas, intervenção nas infra-estruturas de Saúde danificadas, assistência social a 77,229 beneficiários.
- Conclusão da reconstrução de 28% do total de salas de aulas danificadas. Distribuição de sementes para 49.3% das Famílias que necessitavam de recuperar a sua produção das 433.056 afectadas.
- Entretanto, persiste um défice global para a Reconstrução e Recuperação no valor de 1,685.75 bilião de dólares.
- No âmbito do abastecimento de Água ao Povo, o Governo implementou o PRAVIDA (Programa de Água para a Vida), permitindo disponibilidade de água e aumento de cobertura do serviço nas zonas rurais e urbanas para um total de 1,7 milhões de beneficiários.

Este programa resultou no aumento da cobertura do abastecimento de água de 74% para cerca de 70,3%. Para a conclusão do PRAVIDA II, serão necessários recursos externos para cobrir cerca de 50% do défice de financiamento.

Educação

No âmbito da educação, continuamos a fazer intervenções para o aumento de ingressos, sobretudo da rapariga e a qualidade de ensino, formando e colocando mais professores, bem como disponibilizando mais livros escolares, reabilitação e construção de infra-estruturas escolares.

Queremos ainda reduzir a taxa de analfabetismo dos actuais 39% para 26 e 23%, em 2024 e 2029, respectivamente.

Energia

No domínio da energia, estamos empenhados na implementação da Estratégia Nacional de Electrificação e do Programa Energia para Todos, visando o alcance do Acesso Universal até 2030 no quadro do compromisso assumido pelo Governo.

É nesta perspectiva, que eliminamos a taxa de ligação e que temos vindo a aumentar as ligações domiciliárias e a disponibilidade de energia, através de novas infra-estruturas de produção, transporte e distribuição de energia, com uma contribuição cada vez maior das energias renováveis, sobretudo para as zonas rurais.

Até ao presente momento, em cumprimento do plano deste ano, foram feitas 86. 834 novas ligações, sendo que as intervenções feitas permitirão que da actual taxa de acesso de 39%, alcancemos 64% até 2024.

COVID-19

Para além das medidas acima referidas e testemunhadas por todos, Moçambique adoptou um Plano Nacional de Vacinação que prevê imunizar cerca de 17 milhões de pessoas com idade acima de 15 anos, correspondentes a cerca de 55% da população total de cerca de 31 milhões, com base numa estratégia de aquisição através do mecanismo multilateral como a COVAX e de aquisição Directa de modo bilateral.

A vacinação decorre de acordo com o Plano Nacional de Vacinação contra a COVID-19, em função das prioridades ditadas pela disponibilidade, tendo sido administradas vacinas, numa primeira fase, iniciada em Março, aos profissionais de saúde e outros profissionais da linha da frente e em Abril a segunda fase, tendo como alvo os grupos de maior risco de contrair a infecção, tendo sido abrangidos 98%, correspondente a 1% da meta global.

Neste contexto, gostaria de reconhecer o apoio que recebemos da República da Índia, da República Popular de China e do mecanismo

COVAX que disponibilizaram vacinas para os moçambicanos. Agradecemos também a todos os outros países, empresas e organizações internacionais que prestaram ao nosso país a assistência multiforme na hora de necessidade. Fomos apoiados com equipamento e material para o pessoal de saúde, entre outros.

No mesmo âmbito encorajamos a continuidade da resposta da comunidade internacional através de financiamento, alívio da dívida e de outras formas de apoio para aliviar a nossa situação social e económica que, de outra forma, poderia ser mais difícil.

Juntamos a nossa voz a daqueles que pretendem ver uma suspensão temporária das patentes das vacinas contra a COVID-19. Nesta perspectiva, achamos que os critérios de lucro e interesse nacional não devem ditar a disponibilização de vacina contra a COVID-19.

Saúde

A nossa política de saúde prioriza o acesso universal aos cuidados sanitários para lidar com a alta carga de doenças. Pretendemos reduzir a taxa de mortalidade materna, acabar com as epidemias de SIDA, tuberculose e malária.

Para tal, definimos três acções estratégicas, nomeadamente:

- 1) alargamento da rede sanitária;
- 2) implementação do Plano de Logística Farmacêutica; e
- 3) implementação em pleno do Subsistema Comunitário da Saúde. Com vista a expandir a rede sanitária, vamos trabalhar para acelerar a materialização da nossa iniciativa de "Um Distrito, Um Hospital".

Neste âmbito, contamos com o apoio dos Governos que Vossas Excelências representam para a construção, requalificação, apetrechamento e funcionamento destas unidades sanitárias, para além de parceiros e de operadores privados.

Ambiente e Mudanças climáticas

No âmbito das mudanças climáticas, destaco que o país tem sido afectado por eventos climáticos cada vez mais intensos e frequentes, como são os ciclones, cheias e secas ou estiagem que condicionam o desempenho económico e fazem retroceder alguns ganhos nas infra-estruturas.

Tudo estamos a fazer nesta área para reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima e os desastres naturais.

Estamos, também, a adoptar e implementar instrumentos normativos que desencorajam o corte indiscriminado de espécies florestais, sobretudo as que se encontram em risco de extinção.

Direitos Humanos e Justiça

Enquanto signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o nosso país tem o dever de pautar, na sua conduta pelo respeito escrupuloso deste instrumento supra-nacional e dos demais que versam sobre a mesma matéria.

É neste sentido que continuamos a adoptar medidas visando assegurar que a execução das penas e medidas criminais sejam efectuadas com o máximo respeito pelos direitos humanos, assente na prevalência da dignidade da pessoa humana, com a salvaguarda dos direitos fundamentais não afectados pelo sentido da condenação e pelas exigências específicas da sua execução.

Para fazer face à inobservância de normas e pressupostos da detenção e prazos processuais, as instituições competentes reforçaram a intervenção do Ministério

Público, nos comandos, esquadras e postos da PRM e prosseguiram com acções de formação dos oficiais de permanência e membros do SERNIC.

Quanto à melhoria de acesso à justiça, temos vindo a reforçar a capacidade das instituições de administração da justiça, dotando-as de mais pessoal formado e de condições de trabalho condignas no quadro da iniciativa “Um Distrito, Um Edifício Condigno para o Tribunal” de modo a assegurar, até 2023, a cobertura de todo o país.

Assim, queremos assegurar que todos os cidadãos moçambicanos, sobretudo os mais carenciados economicamente tenham acesso célere e facilitado à justiça formal e ao Direito.

O Governo continua firme no combate à corrupção e na aplicação de boas práticas e ética na gestão da coisa pública, tomando medidas preventivas através do controlo interno, sensibilização e responsabilização de gestores que cometem infracções.

Neste contexto, no ano transacto, foram autuados 1 280 processos, contra 911, de 2019, correspondente a um aumento de processos por corrupção, em 379, equivalentes a 40,5%, o que prova a intensificação da luta contra a corrupção.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

O aumento de casos assusta-nos, mas não deve ser entendido apenas como o crescimento da corrupção em Moçambique.

A subida também é resultado de mais trabalho das instituições que permitem despoletar mais casos e mais responsabilização do que no passado.

O nosso compromisso e dedicação no combate veemente à corrupção e todas as suas manifestações é total e inequívoco.

Política Internacional

A nossa acção diplomática foi, à semelhança dos vossos respectivos países, condicionada pelo fenómeno sanitário global extraordinário que nos impõe- um “novo normal”.

Moçambique continua, ainda, a privilegiar uma política de abertura e de cooperação e amizade com todos os países, parceiros bilaterais e multilaterais, bem como outros actores que concorrem para o alcance do interesse nacional, regional, continental e universal, numa base de reciprocidade de benefícios.

Queremos com essa política manter a paz, segurança e estabilidade, promover o desenvolvimento social e económico sustentável, visando o progresso e bem-estar de todos os moçambicanos e dos povos da região e do mundo, através do investimento e parcerias económico-empresariais, no âmbito da diplomacia económica.

Relativamente à nossa Presidência da SADC, mantemo-nos optimistas quanto ao lançamento do Centro de Operações Humanitárias e de Emergência da SADC e à realização do Fórum de Negócios da SADC, duas prioridades do nosso mandato para cuja concretização contamos com o vosso apoio.

Apraz-me partilhar que estamos a usar esta plataforma única para galvanizar a acção coordenada da região para enfrentar os vários desafios reflectidos no lema, com destaque para as ameaças do Terrorismo e a pandemia da COVID-19.

Continuamos defensores da agenda regional, continental e internacional no quadro da nossa filiação em várias organizações, com destaque para a SADC, CPLP, União Africana, Nações Unidas, Commonwealth, Movimento dos Países Não Alinhados, entre outras parcerias e cooperação com organizações regionais e internacionais como a África Caraíbas e Pacífico e a União Europeia e seus órgãos, assim como as instituições financeiras multilaterais como o Banco Africano de Desenvolvimento, o Grupo do Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, BADEIA, entre outras.

Matérias sobre Mudanças Climáticas, luta contra o terrorismo e extremismo violento, luta contra o crime organizado, promoção de direitos humanos, boa governação, mantêm-se cruciais na nossa agenda colectiva.

Uso desta oportunidade para reiterar a todos vós, o nosso pedido de apoio à candidatura de Moçambique a Membro Não Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Esperamos que tal como o afirmaram em várias ocasiões, mantenham o compromisso de apoiar a nossa candidatura que já é da SADC, da União Africana e da grande parte de organizações a que estamos filiados.

Antes de concluir, permitam-me que aproveite esta ocasião para manifestar a gratidão dos moçambicanos pela abertura dos vossos países para cooperar construtivamente com o nosso país, no estrito respeito aos princípios consagrados na Carta das Nações de que todos somos subscritores.

Foi com a cooperação, generosidade e solidariedade dos nossos parceiros bilaterais e multilaterais que logramos nos mantermos resilientes em meio a adversidades de vária ordem, por isso aceitem o nosso apreço.

Queremos continuar a aprofundar a nossa amizade e manter uma cooperação profícua por isso, como bons parceiros, estamos abertos a partilhar matérias que facilitem este processo.

Exortamos assim que recorram a fontes oficiais para se informarem sobre a situação do país, pois representam países ou instituições oficiais reconhecidas pelo Governo da República de Moçambique.

Será igualmente, importante respeitar os mecanismos do Estado na coordenação dos apoios que se prestam ao país, pois a proliferação de instituições intermediárias reduz a capacidade de execução e o impacto para o destinatário principal, que é o Povo.

Ilustres Membros do Corpo Diplomático;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Ciente das restrições que fomos obrigados a introduzir face à deterioração do quadro da pandemia e da necessidade de liderar por actos e pelo exemplo, queria terminar esta intervenção, apelando para mais acção: **Auguramos o empenho do Corpo Diplomático nos esforços em prol da busca de soluções para a imunidade contra a pandemia.**

Termino, desejando a todos os Membros do Corpo Diplomático e de Organizações Internacionais Acreditados no nosso país, embora em Maio, os votos de um Ano Novo Feliz e Pleno de Prosperidade, augurando que a nossa cooperação floresça cada vez mais, em benefício dos nossos países e organizações.

Muito obrigado pela vossa atenção!